

CADERNO DE ENCARGOS

"REPARAÇÃO URGENTE NA ESTRADA MUNICIPAL 562 LAGARES"



CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de **“Reparação Urgente na Estrada Municipal 562 Lagares”**, de conformidade com as especificações técnicas presentes no **anexo A**.

Cláusula 2.^a

Contrato

Ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do Artigo 95.º do CCP a prestação dos serviços fica dispensada de redução do contrato a escrito.

Cláusula 3.^a

Prazo

1 - O contrato tem a duração prevista de **8 (oito) dias**, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2 – O prazo indicado no ponto anterior poderá ser superior ao previsto, uma vez que as reparações a efetuar dado o seu carácter de urgência, não foram objeto de um estudo prévio por parte dos serviços competentes.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos



ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as obrigações principais:

- a) Obrigação da execução dos serviços identificados na sua proposta;
- b) Obrigação do cumprimento do prazo de execução dos serviços identificados na sua proposta.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade do serviço

- 1 — O prestador de serviços obriga-se a executar ao Município de Felgueiras os serviços objeto do contrato com as características e quantidades presentes no **anexo A** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
- 2 — Os serviços objeto do contrato devem ser executados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- 3 — O prestador de serviços é responsável perante o Município de Felgueiras por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que se verifiquem após a sua execução.

Cláusula 6.^a

Execução dos serviços objeto do contrato

- 1 — Os serviços objeto do contrato devem ser executados, conforme descrito no **anexo A**.
- 2 — O prestador de serviços obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a execução dos serviços objeto do contrato, todos os documentos, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
- 3 — Todas as despesas e custos com os serviços objeto do contrato são da responsabilidade do prestador de serviços.

Subsecção III

Dever de sigilo

Cláusula 7.^a

Objeto do dever de sigilo

- 1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Felgueiras de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.



2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.^a

Regulamento Geral de Proteção de Dados – RGPD

1 - O adjudicatário e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros.

2 - Constituem obrigações do adjudicante, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:

- a) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
- b) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pelo Responsável pelo Tratamento dos dados pessoais da entidade adjudicante (RT), para tratamento dos dados pessoais;
- c) Efetuar uma avaliação de impacto que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados;
- d) Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;



e) Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:

i) Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;

ii) A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;

iii) O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;

iv) O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados.

f) Disponibilizar à entidade adjudicante todas informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;

g) Proibição de partilha dos dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;

h) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;

i) Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;

j) Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade;

k) Não subcontratar sem autorização expressa da entidade adjudicante.

3 - O adjudicatário notifica a entidade adjudicante de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato.

4 - Para o efeito o adjudicatário deve anexar toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para por término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.

5 - Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar/apagar ou devolver



(consoante a opção definida) à entidade adjudicante os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes.

Secção II

Obrigações do Município de Felgueiras

Cláusula 10.^a

Preço

1 — Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o município de Felgueiras deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, o qual não deve exceder o valor de **38 759,34 €** (trinta e oito mil setecentos e cinquenta e nove euros e trinta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Felgueiras.

Cláusula 11.^a

Condições de pagamento

1 — As quantias devidas pelo Município de Felgueiras, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Felgueiras da respetiva fatura, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 — Para o efeito do número anterior, considera-se vencida a obrigação com a execução dos serviços objeto do contrato.

3 — Em caso de discordância, por parte do Município de Felgueiras, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução



Cláusula 12.^a

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Felgueiras pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento do prazo da prestação de serviços, até **10%** do preço contratual;

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Felgueiras pode exigir-lhe uma pena pecuniária até **20%** do preço contratual;

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea *a)* do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Felgueiras tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 — O Município de Felgueiras pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Felgueiras exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:



- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do Município de Felgueiras

- 1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Felgueiras pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do prestador de serviços



1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 16.^a.

3 — Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Felgueiras, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Resolução de litígios

Cláusula 16.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V

Disposições finais

Cláusula 17.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.^a

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.



2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



ANEXO A

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS

Serviço:

REPARAÇÃO DE BURACO DE MINA NA M562 LAGARES

MAPA DE TRABALHOS

ART.	DESIGNAÇÃO	QTT.	UN.	PREÇO	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	TRABALHOS PREPARATÓRIOS				
1.1	Na falta e estipulação contratual, o empreiteiro tem a obrigação de realizar todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, legislação em vigor nomeadamente o previsto no artº 350º do Dec-Lei nº 18/08 de 18 de Dezembro, designadamente: a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição de estaleiro; b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas; c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar; d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste; e) Trabalhos de apoio de construção civil segundo metodologia de Demolição Seletiva quando e onde aplicado, para as tarefas de desmonte e remontagem, reparação e montagem, demolições, previstas nos projetos de especialidades e descritas e quantificadas no mapa de tarefas e quantidades . Estes trabalhos incluem, também, trabalhos prévios, limpezas finais, triagem de materiais, e remoção até à zona de armazenamento em estaleiro de obra.	1,00	UN	1 500,00 €	1 500,00 €
1.2	Fornecimento e colocação em obra de painel de informação, segundo modelo a definir pelo Dona da Obra, onde conste a identificação da Obra, do Dono da Obra, do Empreiteiro Adjudicatário com menção do respetivo alvará, bem como todos os elementos informativos considerados relevantes pelo Dono da Obra. Tudo de modo a salvaguardar a legislação em vigor nomeadamente o previsto no artº. 348º do Dec-Lei n.º 18/08 de 18 Dezembro.	2,00	UN	450,00 €	900,00 €
1.3	Desenvolvimento e Implementação do Plano de Segurança e Saúde da empreitada de acordo com a Legislação em vigor, e os princípios constantes do Caderno de Encargos, com fornecimento de todos os meios humanos e materiais necessários à proteção coletiva e individual.	1,00	UN	500,00 €	500,00 €
2	ESCAVAÇÃO E ATERRO				
3.2	Escavação geral em terreno de qualquer natureza para criar rampa de acesso a mina.	450,00	m3	11,00 €	4 950,00 €
	Aterro de terras de emprestimo de boa qualidade, isenta de pedras (cirandada), devidamente compactada por camadas, através de meios manuais ou mecânicos.	200,00	m3	12,00 €	2 400,00 €
3.3	Transporte de terras incluindo a descarga para estaleiro, transportado estaleiro para a obra.	562,50	m3	5,00 €	2 812,50 €
4	PAVIMENTAÇÕES				
4.1	CAMADAS GRANULARES				
4.1.1	Fornecimento e colocação de uma camada de "tout-venant" de 15/20cm de espessura, em passeios, incluindo compactação cilindrando e rega, pronta a receber a camada de regularização, tudo conforme o indicado nas peças desenhadas e CE.				
4.1.1.2	Passeios	40,00	m2	5,00 €	200,00 €
4.1.1.3	Faixa de rodagem (Retificações)	220,00	m2	5,00 €	1 100,00 €
4.2	MISTURAS BETUMINOSAS				
4.2.1	Levantamento de pavimento, constituído por betuminoso aplicado sobre camadas de base granulares, na zona das aluimento, após prévia serragem mecânica do betuminoso com equipamento apropriado de disco, incluindo baldeação e remoção para vazadouro dos produtos resultantes.	220,00	m1	3,00 €	660,00 €
4.2.2	Fornecimento e aplicação de camada de desgaste em mistura betuminosa a quente para remates entre o lancil e o pavimento betuminoso existente, AC14 surf 35/50 (BB), com (8+6) cm de espessura mínima após recalque, incluindo todos os trabalhos necessários à sua correta execução, tudo conforme o assinalado nas peças desenhadas e C.T.E.	220,00	m2	28,00 €	6 160,00 €
4.3	REVESTIMENTOS				
4.3.1	Fornecimento e aplicação de pavimento em pedra de chão, dim. 22x11x8cm, devidamente assente sobre almofada de areia de 7cm de altura, incluindo regularização de caixa, compactação, cilindrando e rega, tudo conforme o indicado nas peças desenhadas e C.T.E.	40,00	m2	18,00 €	720,00 €
4.3.2	Fornecimento e colocação de LANCIL, em betão pré-fabricado, do tipo "Premafe", ou equivalente, com 15cm de espessura, boleada, incluindo fundação, tudo conforme o indicado nas peças desenhadas e C.T.E.	25,00	ml	25,00 €	625,00 €
5.1	Execução de muro em betão ciclópico C20/25 para fundação das capelas da mina.	2,40	m3	160,00 €	384,00 €
5.2	Fornecimento e colocação de capela paramina tipo Premafe	10,00	ml	250,00 €	2 500,00 €
5.3	Fornecimento e aplicação de meais canas de betão dn200	30,00	ml	20,00 €	600,00 €
6	REDES DE DRENAGEM				
6.1	REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS				
6.1.1	MOVIMENTOS DE TERRA				

MUNICIPIO DE FELGUEIRAS

Serviço:

REPARAÇÃO DE BURACO DE MINA NA M562 LAGARES

MAPA DE TRABALHOS

ART.	DESIGNAÇÃO	QTT.	UN.	PREÇO	
				UNITÁRIO	TOTAL
6.1.1.1	Escavação em terreno de qualquer natureza, para abertura de valas, incluindo entivação, drenagem e sinalização, conforme o especificado no decreto regulamentar n.º 22/98, para implantação de tubagens, incluindo nivelamento de traineis, tudo conforme o especificado no CE e peças desenhadas do projeto.	179,2	m3	11,00 €	1 971,20 €
6.1.1.2	Aterro de valas para envolvimento de condutas, com areia, de calibre inferior a 2mm, de altura variável, conforme o especificado no CE e peças desenhadas do projeto.	81,11	m3	15,00 €	1 216,64 €
6.1.1.3	Aterro de valas com terras de boa qualidade, isenta de pedras (cirandada), devidamente compactada por camadas, através de meios manuais ou mecânicos, incluindo reposição de eventuais interferências subterrâneas danificadas na abertura da vala e trabalhos subsequentes, tudo conforme o especificado no CTE e peças desenhadas do projeto.	48,00	m3	5,00 €	240,00 €
6.1.1.4	Transporte de terras sobranes incluindo a descarga em vazadouro certificado a expensas do empreiteiro, tudo conforme o especificado no CE e peças desenhadas do projeto.	100,00	m3	6,00 €	600,00 €
6.1.1.5	Fornecimento e assentamento de tubagem corrugado sn8 de diametro 200mm, incluindo abertura e fecho de vala.	24,00	ml	25,00 €	600,00 €
6.1.1.6	Fornecimento e assentamento de tubagem corrugado sn8 de diametro 500mm	60,00	ml	60,00 €	3 600,00 €
6.1.1.7	Fornecimento e assentamento de tubagem corrugado sn8 de diametro 315mm	42,00	ml	35,00 €	1 470,00 €
6.1.1.8	Fornecimento e assentamento de caixas de queda direta, pré-fabricadas, tipo 'Premafe', ou equivalente, com altura variável, completamente ceresitadas pelo interior (após ligações de coletores), com aplicação de argamassa de impermeabilização pelo interior, do tipo 'Masterseal 531', ou equivalente, e pintura a emulsão betuminosa asfáltica tipo 'Flintkote', ou equivalente, para ligação de sarjetas ou em mudanças de direção de coletores, incluindo tampa em ferro fundido, base em betão, depósito de areia, abertura e fecho de vala, entivação, drenagem, sinalização, transporte de sobranes a vazadouro, tudo conforme o especificado no CTE e peças desenhadas do projeto.	2,00	UN	500,00 €	1 000,00 €
6.1.1.9	Ligação a caixa existente, incluindo meia cana, reparação e todos os trabalhos de cimenteiro para perfeita fixação do coletor à caixa e impermeabilização	2,00	UN	500,00 €	1 000,00 €
6.1.1.10	Fornecimento e assentamento de sarjetas de queda direta, pré-fabricadas, tipo 'Premafe', ou equivalente, incluindo grade em ferro fundido, base em betão, depósito de areia, abertura de vala, entivação, drenagem, sinalização, transporte de sobranes a vazadouro, tudo conforme o especificado no CTE e peças desenhadas do projeto.	3,00	UN	350,00 €	1 050,00 €
TOTAL					38 759,34 €